



MARIA CLARA FERNANDES THIMOTTI

**UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL: RELATO DE
EXPERIÊNCIA SOBRE OS PROCESSOS EDUCATIVOS DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA APAE DE LAVRAS/MG**

LAVRAS – MG

2021

MARIA CLARA FERNANDES THIMOTTI

**UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL: RELATO DE
EXPERIÊNCIA SOBRE OS PROCESSOS EDUCATIVOS DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA NA APAE DE LAVRAS/MG**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Graduação em Ciências Biológicas, realizada na APAE, para a obtenção do título de Licenciatura.

Profa. Dra. Nathalia Maria Resende
Orientadora

**LAVRAS – MG
2021**

Thimotti, Maria Clara Fernandes.

Um olhar sobre a Educação Especial: Relato de experiência sobre os processos educativos da pessoa com deficiência na APAE de Lavras/MG. / Maria Clara Fernandes Thimotti. - 2021.

26 p.

Orientador(a): Nathalia Maria Resende.

Monografia (graduação) - Universidade Federal de Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. Educação. 2. Educação Especial. 3. Formação de Professores. I. Resende, Nathalia Maria. II. Título.

MARIA CLARA FERNANDES THIMOTTI

**UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL: RELATO DE
EXPERIÊNCIA SOBRE OS PROCESSOS EDUCATIVOS DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA NA APAE DE LAVRAS/MG**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Graduação em Ciências Biológicas, realizada na APAE, para a obtenção do título de Licenciatura.

APROVADA em 14 de junho de 2021.

Banca Examinadora

Murillo Bolzani Faleiros - UFLA - Membro

Profa. Dra. Marina Battistetti Festozo - UFLA - Membro

Profa. Dra. Helena Libardi - UFLA - Membro

Profa. Dra. Nathalia Maria Resende - UFLA - Orientadora

**LAVRAS – MG
2021**

Dedico esta monografia à minha querida avó Marlene, que sempre foi minha maior fonte de inspiração e motivação. Sem a Sra. nada disso seria possível. Dedico também à minha família, por sua capacidade de acreditar em mim e investir em mim. Vocês foram essenciais para que eu conseguisse concluir este curso. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada. Mãe, seu cuidado e carinho foi que deram, em muitos momentos, a esperança para seguir.

AGRADECIMENTOS

À natureza, que com toda sua beleza, complexidade e mistérios, me cativou e inspirou a seguir a jornada de me tornar uma bióloga, com o compromisso de cuidar e preservar nossas espécies.

A mim mesma, por ter insistido e acreditado que sou capaz de alcançar todos os meus sonhos. Por ter sido forte nos momentos mais difíceis e por não ter me deixado levar por outros caminhos.

Aos meus familiares, que sempre acreditaram em mim e fizeram de tudo possível para que este sonho pudesse se tornar realidade. Em especial, minha mãe, meu pai, meu irmão, minha madrinha e minha avó Marina.

Às minhas melhores amigas, Bruna e Lala, que sempre estiveram presentes – mesmo cada uma estando em uma cidade/país diferente – e sempre me incentivaram e me apoiaram em todas as minhas decisões. Vocês me trouxeram esperança e força de que, no final, tudo daria certo. Eu amo vocês!

Ao meu melhor amigo, Pedro Borges, que sempre me acolheu e me ajudou em todos os momentos. Obrigada por sempre se fazer presente e me mostrar quais os melhores caminhos. Mesmo de longe, te sinto aqui tão perto. Eu amo você e sou muito grata pela nossa amizade. Obrigada por esses 7 anos juntos!

Aos professores e professoras que tive durante toda a minha escolaridade, que com certeza fizeram parte da minha escolha na Licenciatura. Vocês me fizeram refletir sobre a atuação do professor em sala de aula e me incentivaram a ser o que sou hoje. Em especial, Professor Reinaldo, de História, e Professor Deyber, de Biologia.

À Universidade Federal de Lavras, por ter me proporcionado viver experiências incríveis que nunca havia imaginado e por todo o conhecimento que me foi passado ali. Agradeço também pelos encontros, trocas e amizades que surgiram ao longo da minha graduação e só foram possíveis graças à instituição.

Ao Núcleo de Estudos YEBÁ, que me acolheu tão bem quando cheguei a Lavras/MG e me proporcionou amizades e encontros incríveis, que levarei para toda minha vida. Agradeço a oportunidade de viver experiências extraordinárias, como o ERGA-SE em Rio Pomba e o projeto do banheiro seco, na sede do Núcleo na UFLA e, também, pelo núcleo ter se tornado um portal para que eu tivesse mais contato com a natureza e a agroecologia. Deixo um agradecimento especial aos meus amigos Gadu, Danilo (gordinho), Lari, Bia, Gugu e Gabriel. Vou levar vocês pra sempre comigo!

Às minhas amigas, Irma, Tainã e Esther, que foram peças essenciais, no bairro Pitangui, para que a jornada da graduação fosse mais leve e divertida e estiveram sempre ao meu lado. Independente de onde estivermos, sempre estaremos juntas! Obrigada por tudo, eu amo vocês!

Aos meus amigos, Gabriel Zena, Nico e Geovanne, que se tornaram meus irmãos e praticamente viviam comigo. Agradeço por todo cuidado que sempre tiveram comigo, por todas as loucuras que sempre toparam e por serem tão prestativos sempre.

Ao grupo de escalada Elevated Outdoor, que me fez sentir parte de algo maior e são eternos motivadores, não só na escalada, como na vida. Amigos, vocês são a vibe! Amo vocês!

Aos meus amigos, Gabriel Bessas, Vinícius Dutra e Ethel Louise, que foram muito pacientes comigo a todo tempo e me ajudaram e incentivaram a escrever este trabalho. Sem a ajuda, apoio e os puxões de orelha de vocês, isso não seria possível!

Ao meu amigo Murillo Faleiros, que foi meu porto seguro e referência desde o primeiro dia de aula. Faltam palavras pra falar de você, meu amigo. Obrigada, por tudo!

Ao meu namorado, Eduardo Cheib, minha fonte de incentivo. Que sempre me apoiou e mesmo na distância, sempre se fez presente. Que fez o desafio de escrever este trabalho parecer mais leve e acreditou em mim quando nem eu mesma acreditava mais. Eu te amo, obrigada por sempre estar comigo!

Aos meus professores e professoras da graduação que me passaram todo conhecimento que tenho hoje e me auxiliaram durante toda a minha jornada, de diversas

maneiras. Em especial, à Professora Alessandra, que me amparou e acolheu em tantos momentos, à minha Professora e Orientadora dos Estágios Supervisionados Marina, que me acompanhou em boa parte da minha trajetória e sempre acrescentou e me ajudou em minha caminhada, e à minha orientadora Nathalia, que topou me ajudar nesse projeto tão importante que é a monografia.

Muito obrigada!

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.”

(Paulo Freire)

RESUMO

No percurso de buscar conhecer e compreender mais sobre os processos educativos da pessoa com deficiência é que veio a ideia de fazer este trabalho, através de um relato de experiência, feito a partir da disciplina do Estágio Supervisionado I, do curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal de Lavras (UFLA), realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lavras/MG. A realização do trabalho tem o intuito de relatar a experiência do Estágio I na APAE de Lavras/MG, bem como trazer a reflexão acerca da responsabilidade de todos em proporcionar a inclusão das pessoas com deficiência, não só no ambiente escolar, como em todos os espaços educacionais. Ademais, o trabalho tem a intenção de discutir a importância e a relação estágio-docência a partir das observações feitas e considerar a potencialidade de levar uma metodologia alternativa para a Educação Especial. Pôde-se perceber que há grande necessidade de o Estágio Supervisionado extrapolar o limite do empírico e das atividades isoladas, passando a ter função fundamental nos cursos de formação de professores. Além disso, pôde-se compreender que a Educação Especial é algo que está em constante mudança e deve ser refletida sempre, de forma a aprimorar os processos educativos para que seja proporcionada uma Educação adequada para todos.

Palavras-chave: Educação Especial. APAE. Formação de Professores.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	Contextualização do Tema	2
2	OBJETIVOS.....	5
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	5
3.1	Histórico da Educação Especial no Brasil.....	5
3.2	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lavras/MG.....	8
3.3	Formação de Professores com Enfoque na Educação Especial no Brasil	10
4	METODOLOGIA.....	13
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

Ao ingressar no ambiente universitário, no segundo semestre de 2016, na Universidade Federal de Lavras (UFLA), me deparei com inúmeras matérias de Educação e, aos poucos, fui me apaixonando cada vez mais pela Licenciatura. Durante o terceiro período do curso, no segundo semestre de 2017, ingressei para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de Biologia e pude aprender sobre a real importância da Educação e do papel do professor, de maneira que me deparei com inúmeras possibilidades e alternativas de metodologias de ensino, diferentes do método tradicional a que eu estava acostumada. Ao entender o universo de possibilidades que poderiam ser utilizadas para dar uma aula, como a arte (músicas, teatro, poesia, dança e etc.), pude entender também a real importância que os processos educativos têm na vida de um aluno.

Permaneci no programa até fevereiro de 2018, no entanto, ainda tinha contato com um dos coordenadores em duas matérias intituladas “Metodologia do Ensino de Ciências” e “Metodologia do Ensino de Biologia” e, dessa forma, continuei aprendendo muito sobre os processos educativos e tudo que os envolve. Foi quando, no quinto período, ao cursar o I Estágio Supervisionado (juntamente com a disciplina Metodologia do Ensino de Biologia), que também é coordenado por uma das coordenadoras do PIBID, tive a oportunidade de acompanhar um professor de Biologia na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lavras/MG, o que me deixou extremamente feliz - já que meu primeiro vestibular foi para o curso de Terapia Ocupacional.

Ao cursar as duas disciplinas juntas, comecei a pensar em como essas metodologias poderiam ser aplicadas para auxiliar no ensino das pessoas com deficiência. Durante todo o período do estágio, pude desenvolver um olhar mais crítico em relação a Educação Pública do Brasil e pude prestar mais atenção às questões ligadas à sociedade, principalmente nos processos que envolvem a Educação Especial, que, através de uma adaptação do sistema educativo, procura atender às peculiaridades de cada aluno com o intuito de trazer a igualdade de oportunidades, para que cada aluno possa ter acesso a uma Educação capaz de responder às suas necessidades e para que a pessoa possa ser inserido na sociedade, podendo também, refletir sobre ela.

No decorrer das duas disciplinas, pude aprofundar meus estudos sobre as diferentes metodologias e sobre o processo educativo das pessoas com deficiência e, durante os estágios

posteriores, encontrei ex alunos da APAE nas escolas públicas de ensino regular, o que me permitiu adquirir um maior conhecimento sobre o papel do professor e trazer à tona (durante as reuniões do Estágio, que proporcionaram uma troca de experiência entre os estagiários) a discussão acerca da formação de professores, com enfoque para a área da Educação Especial.

Durante todos os estágios supervisionados, os estudos sobre os processos educativos, principalmente da rede pública de ensino e da Educação Especial sempre estiveram presentes, de forma que, em meus trabalhos de conclusão dos estágios, sempre tentei ter um olhar mais crítico para as pessoas com deficiência. Diante disso, veio a ideia de fazer este trabalho de conclusão de curso, como um relato de experiência do meu Estágio Supervisionado I na APAE de Lavras/MG.

1.1 Contextualização do Tema

É necessário compreender que as pessoas com deficiência sempre foram vistas na sociedade como pessoas incapazes. A deficiência era (e ainda é em muitos casos) vista e entendida como uma deformidade, que necessitava de uma cura, e não como uma característica peculiar daquela pessoa, que deveria ser trabalhada e estimulada. À vista disso, as pessoas com deficiência foram negligenciadas na sociedade durante muito tempo, sendo vítimas de violências das mais diversas, sendo abandonadas, e até mesmo eliminadas, devido às suas condições incomuns. A sociedade tratava tais ações como sendo normais, devido ao fato de não haver muito conhecimento acerca do que era a deficiência (CASTRO, 2015)

Dessa forma, se instaurou uma despreocupação com as pessoas com deficiência, de forma que não existia nenhum interesse da população ou do governo em educar as pessoas com deficiência e, portanto, a Educação Especial não era vista como um problema a ser resolvido, fazendo com que a era da negligência perdurasse até o início da década de 50.

O descaso com as pessoas com deficiência foi o que uniu pais e familiares à procura de uma alternativa, para que seus filhos pudessem ter acesso a condições de desenvolvimento saudáveis e pudessem ser incluídos na sociedade, de forma a ter direitos como qualquer outro cidadão. Foi então, em 1954, que surgiu a APAE, que contou com o apoio de diversos profissionais que acreditavam na luta pela inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Essas associações passaram então a fornecer atendimento educacional, serviços de saúde e

assistência social para as pessoas com deficiência, de forma que esse atendimento ocorria em espaços especializados (CASTRO, 2015).

Apesar da criação de associações e institutos terem grande influência na Educação e Inclusão das pessoas com deficiência, a integração da Educação Especial nas leis foi de fundamental importância para que as mudanças sociais pudessem ocorrer em diversos setores e contextos. Dito isso, na Constituição Federal de 1988, o inciso III do Artigo 208 define como dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, ou seja, fica assegurado o direito de todos à Educação, garantindo assim, o atendimento educacional para as pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1988).

No intuito de reforçar a obrigação do país em prover a educação, é publicada, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. Essa lei expressa em seu conteúdo alguns avanços significativos. Podemos citar a extensão da oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos; a ideia de melhoria da qualidade dos serviços educacionais para os alunos e a necessidade de o professor estar preparado e com recursos adequados de forma a compreender e atender à diversidade dos alunos (MIRANDA, 2003, p. 6).

Além disso, a Educação Especial é reconhecida como uma modalidade de ensino e tem todo um capítulo dedicado a ela na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) – Cap. V. Todavia, ainda é necessário um maior reconhecimento da Educação das pessoas com deficiência, uma vez que é secundarizada sempre que abordada e não há grande preocupação com a formação de professores para atuar nessa área (SAVIANI, 2009).

No que se refere à formação de professores da Educação Especial no Brasil, pode-se dizer que há em sua história diversos conflitos. O Plano Nacional de Educação (PNE, 2000) coloca como meta a melhoria da qualificação dos professores do ensino fundamental para as pessoas com necessidades especiais, além da expansão da oferta dos cursos de formação/especialização pelas universidades e escolas normais; incluir ou ampliar, especialmente nas universidades públicas, habilitação específica em níveis de graduação e pós graduação, para formar pessoal especializado ao atendimento dos alunos especiais, além de incluir nos currículos de formação de professores conteúdos disciplinares referentes aos educandos com necessidades especiais nos cursos que formam profissionais em áreas

relevantes para o atendimento dessas necessidades (BRASIL, 2000). No entanto, em tal documento não é anunciada a preocupação com a formação continuada de professores, visto que, refletir acerca da formação de professores que atuam nesta Educação no modelo vigente, implica pensar as tendências atuais para a formação de todos os professores da Educação Básica.

Desta maneira, Delors (2003) coloca que:

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial. (...) A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (DELORS, 2003, p. 160).

Em concordância a isso Freire (1996, p. 43), afirma que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Dessa maneira, é necessário que os docentes saiam do dito conformismo de uma prática imutável, e (re)planejem suas ações dentro da sala de aula para que possam alcançar da melhor forma os educandos (RODRIGUES; LIMA; VIANA, 2017).

Em razão desse fato, é preciso discutir acerca de como são os cursos de formação de professores oferecidos atualmente, bem como, sobre como foram formados os profissionais que atuam hoje nas escolas.

Ademais, é necessário ressaltar a importância da parte teórico-prática, como os estágios supervisionados, enquanto campo de conhecimento, ou seja, é a oportunidade que há nos cursos de formação, de se ter uma interação com o campo social no qual as práticas educativas irão se desenvolver. Como dizia Guedes (2009), a função básica do estágio supervisionado não é apenas trazer conhecimentos teóricos para o campo de prática, mas também compreender, reformular e pensar a realidade que os futuros professores irão vivenciar.

Portanto, o estágio deve ser visto como um espaço de construção de conhecimento, e deve ser entendido como um espaço que propicie a interação da teoria e da prática, ou seja, dos saberes necessários à prática docente com a realidade vivida no dia-a-dia dos professores (GUEDES, 2009).

2 OBJETIVOS

No percurso de buscar conhecer e compreender mais sobre os processos educativos da pessoa com deficiência, é que veio a ideia de fazer este trabalho, com o intuito de relatar a experiência de realizar o Estágio Supervisionado I na APAE de Lavras/MG, bem como trazer a reflexão acerca de nossa responsabilidade em proporcionar a inclusão de pessoas com deficiência, não só no ambiente escolar, como em todos os espaços educacionais e também considerar a potencialidade de levar uma metodologia alternativa para a Educação Especial.

Mais especificamente, este trabalho possui os objetivos de:

- Discutir acerca da formação de professores no âmbito da Educação Especial, com enfoque na relação estágio-docência;
- Entender a relação entre aluno e professor na Educação Especial.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Histórico da Educação Especial no Brasil

Inicialmente, é de suma importância compreender um pouco sobre o histórico da Educação das pessoas com deficiência, de modo a buscar entender, através da história, como essa comunidade vem lutando pelo reconhecimento de sua capacidade, assim como pela garantia de seus direitos como cidadãos.

O histórico-cultural da pessoas com deficiência é marcado pelo preconceito e pela negligência na sociedade, sendo vistas como inválidas e incapazes e, por este motivo, as pessoas com deficiência sofriam diversos tipos de violência. Nesse sentido, podemos citar a perspectiva da “medicalização” ocorrida na modernidade, onde a deficiência era vista como doença, e a pessoa era vista como defeituosa e inválida.

Foi em meados do século XIX que ocorreu o processo de institucionalização do atendimento as pessoas que apresentavam algum tipo de necessidade especial, de forma que eles eram protegidos e segregados em instituições residenciais e, já em meados do século XX, ocorreu o desenvolvimento de classes especiais nas escolas públicas e escolas para as pessoas com deficiência, com o intuito de oferecer a essa comunidade, uma Educação à parte.

No entanto, durante todo o século XX, essa mentalidade motivou desde cirurgias corretivas até a internação dessas pessoas em manicômios e, essas perspectivas são, ainda hoje, motivo da exclusão dessa parcela da sociedade (MIRANDA, 2003; CASTRO, 2015).

Portanto, quando dirigimos o nosso olhar para a história da Educação Especial no Brasil, podemos dividi-lo em duas fases: a primeira, onde temos como marcos essenciais a criação de dois Institutos: “Instituto dos Meninos Cegos” (hoje Instituto Benjamin Constant) em 1854 e o “Instituto dos Surdos-Mudos” (hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES) em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro/RJ. E a segunda, marcada pelo reconhecimento da Educação Especial pelo Governo Federal, sendo incluída na política educacional brasileira.

A fundação desses dois institutos foi de extrema importância para o atendimento das pessoas com deficiência, de forma que tornou pública a discussão acerca da Educação das pessoas com deficiência, além de abrir espaço para a conscientização. No entanto, o atendimento ainda era muito restrito e eram poucos os que conseguiam. Dessa maneira, o serviço educacional às pessoas com deficiência se caracterizava por ações isoladas, de forma que o atendimento se referia mais às deficiências auditivas e visuais e, em menor quantidade, às deficiências físicas. O atendimento à deficiência intelectual era praticamente nulo, de modo que não havia preocupação na conceituação, identificação e classificação dos deficientes mentais.

Nesse cenário, na busca de condições e alternativas para garantir uma Educação de qualidade para as pessoas com deficiência, pais e familiares, juntamente com profissionais da saúde, se uniram para criar o movimento da APAE em 1954. Para explicar melhor o que é a APAE, podemos citar um trecho do FENAPAES (Federação Nacional das APAES), que diz:

(...) Construção de uma escola que tenha um compromisso social para com todas as pessoas portadoras de deficiência mental. Além disso, visa suprir a necessidade de atender às demandas sociais latentes e sistematizar, na medida do possível, as ações pedagógicas das APAES, dentro de uma perspectiva formal de escolarização para a vida. A proposta da APAE Educadora caracteriza-se como um instrumento de identidade das ações educacionais do Movimento Apaeano, expressa pelo compromisso de materializar o direito de todos a uma educação de qualidade (FENAPAES, 2001, p. 12).

O documento citado apresenta o Movimento Apaeano como o responsável pela Educação das pessoas com deficiência no Brasil e como aquele que supre as lacunas sociais e educacionais referentes a essa população. Além disso, segundo Meleti (2008, p. 7), “a APAE é considerada também como uma instância favorecedora da inclusão social de pessoas com deficiência mental na medida em que proporciona o acesso e a permanência dessa população à escola, ainda que especializada”.

Segundo Miranda (2003), com o surgimento das APAE no país, o número de instituições privadas de caráter filantrópico sem fins lucrativos aumentou consideravelmente, de forma que o governo acabou se isentando da responsabilidade de fornecer atendimento às pessoas com deficiência na rede pública de ensino.

Foi em 1957 que o direito à Educação para as pessoas com deficiência foi reconhecido pelo Governo Federal, com a criação de campanhas voltadas para a Educação de pessoas com necessidades especiais. A primeira campanha englobava os deficientes auditivos – “*Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro*” - e, logo após sua criação, começaram a surgir novas campanhas como: a “*Campanha Nacional de Educação e Reabilitação do Deficiente da Visão*” em 1958 e a “*Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais*” (CADEME) em 1960. Nessa mesma época, ocorreu o maior crescimento de escolas voltadas para o ensino especial no país e foi criada a Federação Nacional das APAEs (FENAPAES) em 1962. Já na década de 70, acontecia a institucionalização da Educação Especial com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973, com enfoque para o planejamento de políticas públicas para o ensino das pessoas com deficiência.

Dessa maneira, ficou evidente que as mudanças sociais aconteciam em diversos setores, no entanto, o envolvimento do Governo Federal nessas mudanças foi imprescindível para que o direito da pessoas com deficiência fosse garantido de fato. Nessa perspectiva, é estabelecido pela Constituição Brasileira de 1988, no artigo 208, como dever do Estado, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” e, conseqüentemente, fica garantido o atendimento educacional para as pessoas com deficiência (BRASIL, 1988).

Em 1994, ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação de Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, em Salamanca na Espanha, que teve como resultado a Declaração de

Salamanca. Nesta declaração, consta todos os acordos firmados entre 92 países e 25 organizações internacionais, defendendo a participação, inclusão e o exercício dos direitos humanos como essenciais à dignidade do ser humano. Além disso, o documento preza pelo direito de todas as crianças aprenderem em conjunto, independente de quaisquer necessidades especiais que possam ter (CASTRO, 2015).

Na intenção de realçar a obrigação do país em promover a Educação Para Todos, foi publicada, em dezembro de 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996. Nessa lei, é notável alguns avanços significativos em relação à Educação da pessoa com deficiência como: a ideia de melhoria da qualidade dos serviços educacionais para os alunos e a preocupação com a formação dos professores, no sentido de estarem preparados e com recursos adequados para compreender e atender à diversidade de alunos existente em sala de aula.

Nas leis 4.024/61 e 5.692/71 não se dava muita importância para essa modalidade educacional: em 1961, destacava-se o descompromisso do ensino público; em 1971, o texto apenas indicava um tratamento especial a ser regulamentado pelos Conselhos de Educação - processo que se estendeu ao longo daquela década (FERREIRA, 1998, p.1).

Embora a preocupação com a Educação Especial no país estivesse sustentada por leis e documentos oficiais, as intenções ficaram mais na teoria do que na prática, não tendo sido acompanhadas de ações que as tornassem uma realidade. (MAZZOTA; SOUSA, 2000).

3.2 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lavras/MG

De acordo com o que consta no site da APAE de Lavras/MG, a associação foi fundada em 17 de junho de 1973 e foi registrada em 14 de julho de 1973, sendo a entidade mantenedora da Escola-Clínica Marieta Castejon Branco, caracterizada como Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência (CIAPD). A instituição tem como objetivo a prestação de serviços gratuitos de Educação Especial, além de serviços especializados de reabilitação em deficiência intelectual e, ainda, de atenção socioassistencial.

A associação ainda desenvolve projetos como: atendimentos de avaliações diagnósticas e ações terapêuticas (em Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Hidroterapia,

Fonoaudiologia, Psicologia, Clínica Médica (Pediatria e Neurologia); Escolaridade Especial em Educação Básica e atendimento educacional especializado (AEE).

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (Diretrizes Operacionais para o AEE, Art. 2, 2009, p. 1).

Também são ofertados serviços de Educação Profissional e colocação de aprendizes no mercado de trabalho, além de haver uma parceria com a Prefeitura Municipal de Lavras/MG através do Programa de Ações Terapêuticas na Educação (PROATED), para o atendimento em Fonoterapia e Psicoterapia para alunos da rede pública municipal. Há também junto ao Estado o Programa de Intervenção Precoce Avançada (PIPA), onde bebês e crianças de até 06 anos de idade são atendidos.

Todos esses projetos visam o cumprimento da missão da APAE que, de acordo com seu Estatuto, estabelece no Artigo 2º, inciso I que:

A APAE de Lavras tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de 34 serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária (Estatuto da APAE de Lavras/MG, 2010, p. 1).

E no Artigo 4º estabelece que:

São os seguintes fins desta APAE, na sua área de jurisdição:

- promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência, preferencialmente mental, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; (...);
- articular, junto aos poderes públicos e entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa portadora de deficiência e com outras entidades no município, que defendam a causa da pessoa portadora de deficiência em qualquer de seus aspectos (Estatuto da APAE de Lavras/MG, 2010, p. 1).

Portanto, podemos dizer que a APAE busca, por meio de seus projetos, atingir os objetivos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, onde foi publicado o decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que tem como propósito: “promover,

proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (BRASIL, 2009).

3.3 Formação de Professores com Enfoque na Educação Especial no Brasil

Atualmente, o processo de aprendizagem constitui um grande desafio para os educadores, de modo que os professores são considerados como homens/mulheres maduros(as), experientes, e o aluno um ser em construção que precisa ser educado e moldado. Nesse sentido, o ensino é centrado no professor e o aluno apenas executa o que lhe é passado. Entretanto, o saber que vem sendo ensinado nas instituições de ensino ainda está muito longe de permitir aos jovens a compreensão do mundo em que vivem e, muito menos, tem permitido abrir-lhes horizontes para sua transformação (MIZUKAMI, 1996).

Segundo Gadotti (2004, p. 43), “A educação participa inevitavelmente do debate no qual a nossa sociedade em crise se encontra envolvida e da angústia que ela suscita. A Educação é um lugar onde toda a nossa sociedade se interroga a respeito dela mesma, ela se debate e se busca”. Dessa maneira, essa problemática tem influência direta nas propostas de formação de professores, de modo que o docente, em seu fazer pedagógico, se apresenta como promotor dessas discussões.

Primeiramente, para ser discutido o trabalho educativo e todos os processos que os envolvem – na teoria e na prática – precisamos compreender alguns aspectos do atual sistema educacional vigente, onde o professor, além de ter a responsabilidade de ensinar, precisa lidar com a particularidade de cada aluno. Ademais,

Quando verificamos o local de formação dos professores, se em instituição pública ou privada, identificamos algumas diferenças entre as regiões do país. Sudeste e Sul têm grande porcentagem de professores formados em instituições particulares. Ressalta-se que, nestas regiões, encontra-se o maior número de universidades públicas do país. Essas informações levam a crer que, nas regiões do país em que as instituições públicas poderiam responder pela formação dos docentes, sua presença é restrita (Sul: 34% e Sudeste: 21%) (KASSAR, 2014, p. 214).

Nesse sentido, a maioria dos professores, na região sul e sudeste, são formados em instituições particulares que, em sua maioria, tem como maior objetivo a obtenção de lucros e, por este motivo, os profissionais podem ter suas formações precarizadas.

Refletir acerca da formação de professores que atuam na Educação no modelo vigente implica pensar as tendências atuais para a formação de todos os professores da Educação Básica (GUEDES, 2009).

Nesse sentido, podemos dizer que:

Os currículos de formação têm-se constituído em um aglomerado de disciplinas, isoladas entre si, sem qualquer explicitação de seus nexos com a realidade que lhes deu origem. Assim, sequer pode-se denominá-las de *teorias*, pois constituem apenas *saberes disciplinares*, em cursos de formação que, em geral, estão completamente desvinculados do campo de atuação profissional dos futuros formandos (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 6).

Ou seja, os cursos de formação de professores não nos preparam para as demandas e realidades sociais encontradas dentro de sala de aula, principalmente quando há alunos com necessidades especiais. Ademais, as partes teórico-práticas dos cursos de formação (estágios supervisionados) são muito desvalorizadas, sendo ofertadas em menor carga horária e, em sua maioria, acabam sendo apenas uma imitação de modelos antiquados de ensino.

Quando falamos da temática formação de professores, a questão mais presente é a relação entre teoria e prática, que serve como embasamento para a formação, entretanto, é tema para diversas discussões quanto a sua estrutura e constituição (GUEDES, 2009).

Entendemos que o Estágio Supervisionado atua como um campo de conhecimento, onde o saber irá se produzir na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. Nesse sentido, tem a função de aproximar o aluno de sua futura atuação, ou seja, permite que o discente tenha contato com o ambiente escolar, a fim de conhecer e compreender as diferentes realidades ali existentes, de forma crítica e reflexiva.

No entanto, é muito comum ouvir de alunos recém-formados que a profissão só se aprende na prática, visto que, na maioria dos estágios, os discentes têm pouca liberdade dentro de sala de aula e, muitas das vezes, acabam se deparando com práticas tradicionais de ensino, onde os professores usam apenas o quadro/giz e o livro didático como metodologias de ensino e não fazem questionamentos ou problematizações utilizando esses meios como

guia para as discussões e construções do conhecimento. Além disso, diante do modelo tradicional de ensino, a escola como um todo e os alunos são tratados como seres imutáveis e, dessa forma, as transformações históricas e sociais que os levaram até ali não são levadas em consideração, assim como as diversidades existentes nesse espaço (PIMENTA; LIMA, 2006).

Para entendermos melhor a ligação da prática com a teoria, Saviani (2005) diz que:

Quando entendermos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente, e desenvolvida for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade de sua transformação e que proponha as formas de transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria (SAVIANI, 2005, p. 107).

Dessa maneira, o conhecimento acontece em um momento teórico-prático, e não em momentos distintos, como é retratado em muitos espaços. A formação de professores merece um olhar especial - não porque irão lidar com educandos com necessidades especiais, mas, porque respondem diretamente pela formação do cidadão, seja ele portador de necessidades especiais, ou não (JERÔNIMO; CAMARGO; GONTIJO, 2007).

Nesse sentido, ao analisarmos a história da formação de professores com enfoque para a Educação Especial no Brasil, podemos dizer que passou por diversas transformações. Os primeiros cursos de formação ofertados eram em nível médio e não tinham determinação de carga horária. Em 1955, ocorreu o primeiro curso de formação de professores em São Paulo, para o *Instituto Caetano Campos*. Logo após, em 1961, ocorreu o primeiro evento para a formação de recursos humanos para a Educação Especial, no Paraná. Após a realização desses eventos, profissionais de Curitiba foram enviados à São Paulo para darem início nos Serviços de Educação Especial no Estado do Paraná e, com isso, iniciou-se na década de 60, no estado do Paraná, os Cursos de Especialização em Educação Especial, que eram ministrados pela Secretaria de Educação.

Segundo Almeida (2004), a formação em nível médio no país foi elevada a nível superior no final dos anos 60 e início da década de 70 - conforme o parecer 295/69 do Conselho Federal de Educação (CFE), cujo princípio objetivava uma maior especialização exigida para essa modalidade educacional. Apenas no final da década de 70, no estado do

Paraná, é que surgem os Cursos de Estudos Adicionais para a formação de professores da Educação Especial, que se prolongaram até os anos 2000.

No intuito de especializar ainda mais esses profissionais, os cursos de especialização ou aperfeiçoamento de nível de 2º grau foram extintos pela Deliberação nº 15/71 do CFE em São Paulo, e a formação de professores da Educação Especial passou a ser obrigatória em nível universitário a partir de 1972. A extinção da formação de professores em nível secundário revelou o reconhecimento de que a Educação, principalmente a Educação Especial, requer um aprofundamento de estudos e um profissional capacitado, que disponha não só de recursos técnicos, mas de fundamentação teórica para que possa refletir sobre suas ações e ter clareza quanto às suas decisões.

Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/1996) em 1996, o Ministério da Educação (MEC) começa a investir num sistema de informações e políticas adequadas às exigências e complexidades da Educação Especial. (BRASIL, 1996).

Nesses termos, podemos dizer então que a formação do professor implica na reflexão sobre os valores da Educação. Portanto, o professor deve partir não só da capacidade de explicar e reproduzir, como também deve assumir o compromisso com a aprendizagem de todos os alunos -- sejam eles especiais, ou não; de modo que deve ter capacitação profissional e habilidade para apresentar e explicar os conteúdos para todos os alunos, levando em conta suas particularidades e de forma a fomentar o prazer pelo aprender.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir de um dos Estágios Supervisionados do curso de Ciências Biológicas – Licenciatura da UFLA. Portanto, trata-se de um Relato de Experiência acerca do estágio realizado na APAE de Lavras/MG, no período de outubro a dezembro de 2018, onde acompanhei duas turmas nas aulas de Ciências junto a um professor da instituição.

Sobre a perspectiva metodológica é uma forma de narrativa, de modo que o autor quando narra através da escrita está expressando um acontecimento vivido. Neste sentido, o Relato de Experiência é um conhecimento que se transmite com aporte científico. Por isso, o texto foi produzido de forma subjetiva e detalhada (GROLLMUS; TARRÉS, 2015).

Para que a realização do Estágio Supervisionado na APAE de Lavras/MG fosse possível, inicialmente fui até a Instituição para ter uma conversa com a diretora. Foram discutidos diversos assuntos, como: o porquê do interesse na instituição em questão e se a experiência resultaria em algum trabalho acadêmico. Após esclarecer que, posteriormente, resultaria em um trabalho final da disciplina, a diretora constatou com a Secretária que ainda havia vagas para estagiários e a proposta de estagiar na APAE foi aceita. O estágio foi iniciado após a expedição – por parte da Universidade – de um termo de compromisso com assinatura de ambas as partes envolvidas. Tal experiência, após ser relatada e analisada, resultou neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Foram feitas diversas observações durante todo o estágio, mais profundamente em duas turmas, durante as aulas de Ciências. No entanto, de acordo com as exigências do Estágio Supervisionado I, com o intuito de conhecer melhor a realidade dos alunos e o funcionamento da Instituição, também foram feitas observações em todo o ambiente escolar. Em um total de 34 horas, 2 horas corresponderam a regências (aulas ministradas), 18 horas às observações em sala de aula e 14 horas de convívio com o ambiente escolar, ou seja, das observações referentes ao cotidiano dos alunos, professores e funcionários, bem como a relação professor-aluno e a relação dos alunos com o ambiente escolar.

A relação professor-aluno observada é de muito distanciamento e, por este motivo, em minhas aulas ministradas, propus uma metodologia que permitisse uma aproximação com os discentes e que estimulasse os mesmos a participarem. Em contrapartida, pesquisei acerca de metodologias que pudessem me auxiliar durante as aulas para alcançar estes objetivos.

Com relação a este trabalho, foram feitas diversas pesquisas em material disponibilizado na internet como: artigos científicos; artigos de revistas; livros e trabalhos de conclusão de curso; que abordassem o tema da Educação Especial e da formação de professores.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estágio sempre foi identificado como a parte teórico-prática dos cursos de formação de profissionais em geral. No entanto, não é raro alunos recém-formados se referirem aos cursos como apenas teóricos, e que só se aprende a ser professor na “prática”. Por isso, deve se dar a devida importância ao Estágio Supervisionado presente na formação de docentes,

para que possa assumir função não apenas de reprodução de saberes, mas, que também tenha função crítica.

A profissão docente é uma prática social, ou seja, como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso, por meio da Educação que ocorre, não só, mas essencialmente nas instituições de ensino. A realidade do educando varia conforme a família, as relações sociais e a criação. E, isso muitas vezes não é levado em conta no ambiente escolar. Em virtude disso, podemos fazer um paralelo com a importância do estágio e as relações aluno-professor no âmbito da Educação Especial, com a vivência na escola onde foi realizado o estágio.

Durante o Estágio Supervisionado I, realizado na APAE de Lavras/MG, pôde-se observar que, além de instituição de ensino, a instituição em questão traz consigo diversos atendimentos, como: Terapia Ocupacional; Fisioterapia; Atendimento Psicológico, etc. O atendimento é fornecido prioritariamente para os alunos matriculados, no entanto, também é fornecido atendimento para a comunidade de Lavras/MG. Ademais, também pôde-se notar que a estrutura da instituição carece de estruturas tais como projetores, espaço verde e espaço para a recreação dos alunos. Os únicos espaços que não a sala de aula, são o refeitório, o pátio (onde as crianças brincam durante o intervalo), a quadra (onde ocorrem as aulas de Educação Física) e um auditório – onde ocorrem reuniões e alguns projetos da associação.

As turmas acompanhadas durante o Estágio Supervisionado apresentam faixa etária que varia entre 14 a 35 anos. Em virtude de deficiências como: Síndrome de Down; Déficit de Atenção e problemas no desenvolvimento cognitivo – dificuldade no processamento de informações, no ato da fala, no desenvolvimento do cérebro e até mesmo dificuldades de locomoção – a parte teórica das aulas é sempre muito curta, sendo a maior parte aplicada em forma de prática (desenhos, colagens, vídeos, etc.).

Em uma das turmas acompanhadas, a organização da sala de aula segue o modelo tradicional: professor à frente da sala e cadeiras enfileiradas. Na outra turma, a organização se dá de forma diferente devido às necessidades especiais dos alunos: há uma mesa bem grande ao meio, onde os alunos se sentam em volta dela e o quadro fica em um dos extremos dessa mesa, onde o professor passa poucos conteúdos. Apesar de não haver muito conteúdo escrito, o professor tenta sempre fazer uma ligação do tema estudado com o cotidiano dos

alunos para que eles possam enxergar de forma mais clara o que está sendo abordado e para que consigam assimilar melhor a matéria dada.

A flexibilidade na colocação das carteiras e das mesas e no agrupamento dos alunos assume um papel muito importante quando se considera o uso do espaço na sala de aula, mas é difícil prever quais as implicações destas decisões no comportamento e na aprendizagem dos alunos, uma vez que os dados da investigação são ainda muito reduzidos (TEIXEIRA; REIS, 2012, p. 164).

No que se refere à relação aluno-professor, como já dito anteriormente, há certo distanciamento entre o docente e os discentes. Muitos alunos são extremamente tímidos, quase não se ouvia a voz deles dentro de sala de aula e, nos momentos de observação em sala de aula, não foi possível identificar muito esforço da parte de alguns/da maioria dos professores para estimulá-los ou para aproximar-se deles, o que resulta em uma participação menos efetiva dos alunos nas aulas.

De acordo com Aquino (1996), a relação entre professor e aluno é de extrema importância dentro do processo de aprendizagem, a ponto de estabelecer posicionamentos pessoais em relação à avaliação, aos conteúdos e à metodologia utilizada. Portanto, caso a relação entre ambos seja positiva, há grandes chances de haver um maior aprendizado por parte dos alunos.

Uma situação marcante que expôs a relação distante entre docente e discente foi quando uma das alunas contou sobre a viagem que tinha feito e, em determinado momento, presenteou o professor com uma lembrança da viagem. Ele agradeceu, mas nem sequer abriu o presente ou deu um abraço na aluna, o que me fez refletir sobre as relações do professor com os discentes.

Para transformar as diferenças em possibilidade de aprendizagem é necessário compreender que ensinar é um processo no qual professor e aluno, devem “entrar em acordo” na troca e na mediação do conhecimento. (...) Nesse olhar, o professor que compreende e valora a presença da afetividade nas relações de aprendizagem tem maiores possibilidades de tornar-se inesquecível aos seus alunos, seja pelos saberes que professa, seja pelo exemplo que é (KIECKHOEFEL, 2011, p. 2537-2538).

Apesar disso, o professor sempre procura ajudar os alunos e sanar suas dúvidas. Dito isso, é necessário ressaltar que o professor em questão se formou em Ciências Biológicas,

mas nunca se especializou e/ou trabalhou com a Educação Especial. Em relato do próprio professor, não houve inscrições de professores capacitados para a Educação Especial no concurso em que ele foi selecionado para lecionar e, por este motivo, houve a contratação de um profissional que não cumpria com as exigências.

Nesse sentido, acredita-se que o professor tem dificuldades em entender a realidade dos alunos, tal que, durante os momentos de observações feitas em sala de aula, não houve questionamentos a respeito da eficiência das metodologias utilizadas, ou seja, se as metodologias estão, de fato, conseguindo atingir todos os alunos, visto que os graus de funcionamento intelectual dos alunos são diferentes. Nessa perspectiva, Facci (2003) ressalta que as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência, se deve ao fato de que os docentes não têm o conhecimento necessário para vencer os desafios impostos dentro da Educação Especial, ou seja, o professor só conseguirá transmitir o saber se ele também tiver tido acesso ao ensino e ao saber acumulado.

Em discussões durante o estágio, foi questionado ao professor como era o preparo de suas aulas e o mesmo relatou que tendo uma carreira de professor de Biologia há algum tempo, já acumulou diversos materiais. O docente demonstra ainda uma preocupação em sempre estar atualizando seu material e suas metodologias. Além disso, através das observações feitas, acredita-se que o uso de metodologias alternativas estimule mais os alunos a participarem e terem interesse nas aulas.

Segundo Cerqueira e Ferreira (1998, p. 24), “talvez em nenhuma outra forma de educação os recursos didáticos assumam tanta importância como na educação especial de pessoas com deficiência”. Nesse sentido, a produção de materiais didáticos-pedagógicos adaptados para auxiliar alunos com deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais, vem com o intuito de buscar a inclusão escolar e o exercício da cidadania plena.

No que se refere à relação dos alunos com a estrutura escolar, a maior parte do tempo deles na instituição ocorre dentro de sala de aula, fora o momento do intervalo, das aulas de Educação Física ou de algum projeto que está ocorrendo na instituição. Durante a realização do Estágio, o professor não utilizou de nenhum outro espaço que não a sala de aula para a realização das atividades escolares. No entanto, durante algumas conversas, o professor demonstrou interesse em planejar aulas que utilizassem outros espaços das instituições, mas

expôs também sua preocupação com as limitações de alguns alunos, principalmente com os que possuem alguma deficiência locomotora.

Durante o período em que estagiei na APAE de Lavras/MG não foi realizada nenhuma atividade extracurricular como, feiras de ciências ou exposições de trabalhos dos alunos. No entanto, destaca-se o fato de que desenvolver projetos estimulantes poderia contribuir com a aprendizagem dos alunos, uma vez que, é muito comum que as lembranças de alunos, depois de anos de escolaridade, se remontem a feiras de ciências, trabalhos expostos, etc.

Com relação às aulas ministradas, optei pelo uso de metodologias alternativas e de imagens/fotografias, na tentativa de uma maior aproximação com os alunos e como forma de estímulo para que eles participassem mais efetivamente da aula.

A aula ministrada em questão abordou o Sistema Locomotor e, para isso, foi utilizado o giz e a lousa para construir os conceitos juntamente com os alunos. A partir de questionamentos, indaguei-os a entender a relação dos ossos, músculos e articulações com este sistema. Como alguns discentes frequentavam academias, ficou mais fácil trazer a realidade deles para dentro de sala de aula, resultando em uma participação mais efetiva.

Posteriormente, após os conceitos serem construídos, pedi aos alunos que listassem alguns ossos importantes do corpo para que pudéssemos encontrá-los e listá-los em uma imagem que seria entregue a eles.

Após a entrega da imagem, a atividade foi passada aos alunos e, de início, pedi a eles que colorissem de cores diferentes a parte que representava os ossos, e a parte que representava o músculo na imagem, para que pudéssemos diferenciá-los (Ilustração 1). Logo após, os alunos deveriam localizar os ossos que foram listados por eles e apontá-los em suas imagens, para que fosse possível entender se eles compreenderam todo o conteúdo passado

Ilustração 1: Atividade de uma das estudantes da APAE – Lavras/MG, referente a atividade de colorir de cores diferentes os músculos e os ossos na imagem entregue à eles.



Fonte: Arquivo próprio

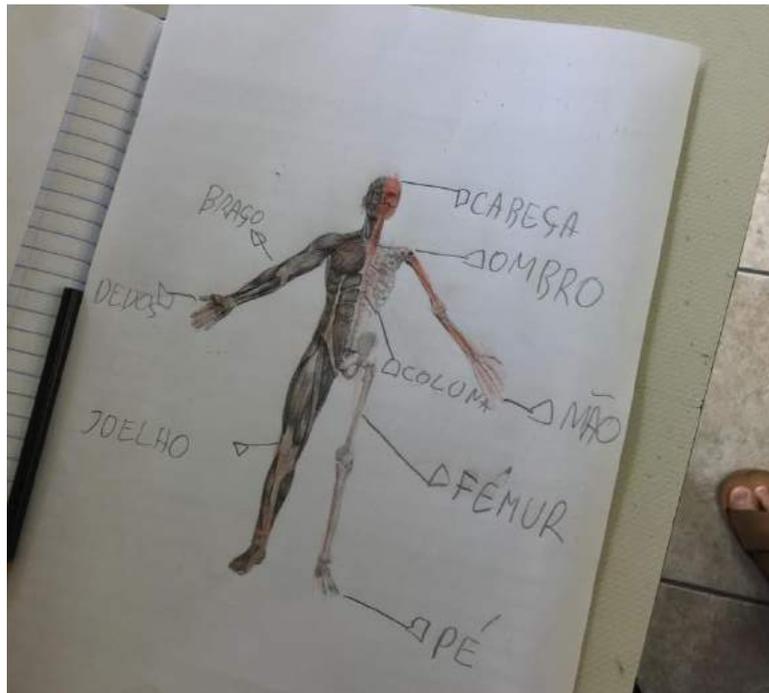
Ao final da aula, como forma de dinâmica, foi proposto que escutássemos a música “Estátua” da Xuxa, para que pudéssemos, além de descontrair dentro de sala de aula, associar a música com o tema abordado.

De acordo com Ferreira (1998), atividades que estimulem a participação ativa dos alunos, envolvendo-os em situações problemáticas, claramente representarão grandes contribuições na aprendizagem. E segundo Freire (1996), o olhar para a imagem envolve atenção e presença, que implica também pensar, registrar, analisar, refletir e avaliar em grupo ou individualmente, com ou sem ajuda do professor.

O uso da imagem e da fotografia vem como uma proposta de dinamização das aulas e uma tentativa de fuga a modelos antiquados de ensino, visto que, os alunos com necessidades especiais presentes na APAE de Lavras/MG, podem ter mais facilidade em entender o conteúdo através de metodologias alternativas que utilizem, por exemplo, a arte, como instrumento para viabilizar a discussão acerca do tema, e não através do modelo de aprendizagem que se dá através da leitura oral e verbal.

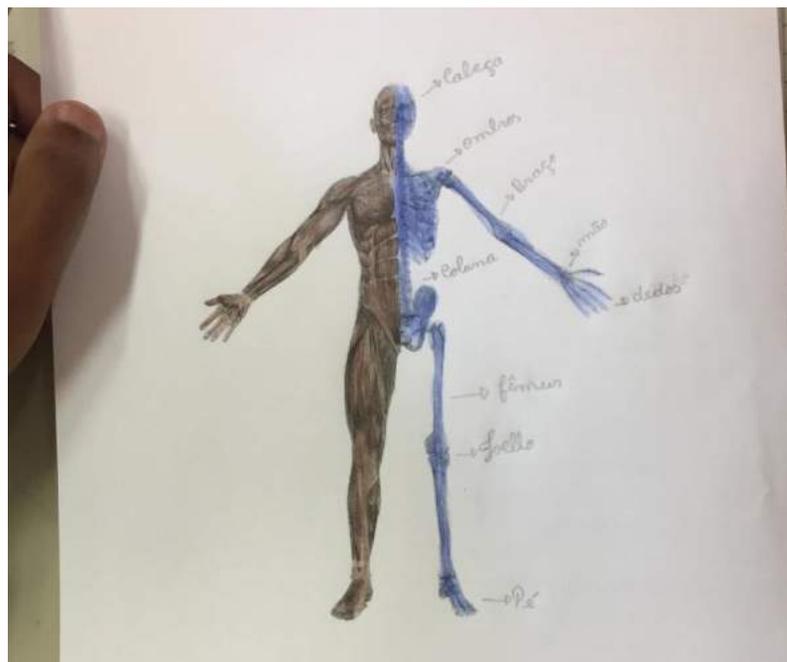
Tal fato pôde ser comprovado quando os alunos realizaram a segunda atividade (Ilustração 2 e 3) – encontrar e apontar os ossos que foram listados – antes mesmo dela ser proposta a eles, o que demonstra que a associação de conteúdos ocorreu de forma mais fácil com a utilização da arte para problematizar e construir, juntamente com os alunos, os conceitos acerca do tema da aula.

Ilustração 2: Atividade de um dos estudantes da APAE – Lavras/MG, referente a atividade de encontrar e apontar os ossos que foram listados como importantes, na imagem entregue a eles.



Fonte: Arquivo próprio

Ilustração 3: Atividade de um dos estudantes da APAE – Lavras/MG, referente a atividade de encontrar e apontar os ossos que foram listados como importantes, na imagem entregue a eles.



Fonte: Arquivo próprio

Durante a realização das atividades, optei por ter uma postura mais interativa, de forma a tentar me aproximar mais dos alunos. Ao invés de apenas aguardar que os alunos terminassem as atividades, procurei me aproximar um pouco mais de cada um nesse momento. Além de ir às mesas perguntando se havia dúvidas e se eles tinham compreendido o conteúdo, resolvi fazer perguntas orais surpresas a respeito do que tinha sido trabalhado e todas foram respondidas corretamente.

No decorrer da dinâmica realizada, pude perceber que, de início, os alunos estavam com muita vergonha e não queriam participar, mas, à medida que alguns foram à frente da sala para ouvir e reproduzir a música em forma de dança, os outros se sentiram motivados e também se levantaram. De pouco em pouco, foram se soltando. Alguns mais tímidos, outros mais extravagantes, mas todos participaram de alguma forma.

Nesse sentido, é importante ressaltar que as:

Formas de relacionamento são o que vão dar suporte para o trabalho de ambos – docente e discente –, para a construção de conhecimento que irá desencadear a aprendizagem para professor e aluno. Ambos aprendem e ensinam, e é nesta troca que se constituem como seres com competências cada vez melhor, sendo capazes de criar, de forma espontânea, buscando sua autonomia. (KIECKHOEFEL, 2011, p. 2539).

Ao final da aula, pude concluir que atingi meus objetivos com sucesso, ao receber abraços, elogios e dizeres como: “*Tia, amamos a sua aula, você tem que dar mais aulas pra gente!*”. Tal fato me deixou muito emocionada e motivada, uma vez que, nunca havia presenciado um agradecimento dos alunos à uma aula. Além disso, não houve aulas com dinâmicas parecidas nas aulas observadas, de modo que a escolha de metodologias alternativas e propostas de dinâmicas diferentes com os alunos possa ter sido o diferencial para que eles gostassem tanto da aula.

Relacionando a aula ministrada com a teoria e a prática, vê-se um reflexo da teoria sendo aplicada junto da prática, visto que, o uso de metodologias alternativas e não expositivas foi trazida em duas das disciplinas do curso de Ciências Biológicas - Licenciatura, chamadas “Metodologia do Ensino de Ciências” e “Metodologia do Ensino de Biologia”.

Dessa forma, segundo Freire (1996, p. 77), “toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um, que ensinando, aprende, outro, que aprendendo ensina”. No

entanto, o papel do professor é ainda maior, no qual, o mesmo deve ser o mediador do conhecimento adquirido pelos alunos na vivência social, na escola ou diante das redes de comunicações, orientando a investigação, provocando questionamentos, desafiando-os e auxiliando no ensino-aprendizado. Nesse sentido, o docente não pode ser apenas um expositor de conteúdo, já que aprendizagem consiste em uma construção conjunta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a Educação ultrapassa o espaço educacional, porém são os conhecimentos e competências adquiridos na escola que darão sentido à afirmação de identidade do aluno. Diante disso, a escola deve deixar de ser uma agência transmissora de informações e transformar-se num lugar onde a informação seja produzida e o conhecimento seja significativo. Segundo Freire (1996, p. 52), “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Nesse sentido, pensando na Educação Especial, é necessário instituir um espaço específico para cuidar da formação de professores para essa modalidade de ensino. Do contrário, essa área continuará desguarnecida e de nada adiantarão as reiteradas proclamações referentes às virtudes da Educação Especial (SAVIANI, 2009).

Desse modo, diante dos estudos realizados e da experiência na APAE de Lavras/MG, ressalta-se a necessidade de o Estágio Supervisionado extrapolar o limite do empírico e das atividades isoladas com objetivo de cumprir a carga horária. Com isso, o estágio passará a ter função fundamental, de não só levar conhecimentos teóricos ao campo da prática, como também terá função crítica, de forma a gerar discussões e a compreender, reelaborar e pensar a realidade vivida pelo futuro professor (GUEDES, 2009).

Podemos assim compreender que o trabalho educativo não é uma tarefa fácil, tal que, requer uma dedicação, um cuidado com a posição ocupada e um entendimento da realidade social de cada discente dentro de sala de aula. No entanto, é um trabalho que merece muito respeito, visto que tem um grande significado para a formação de cidadãos e para a inserção dos portadores de necessidades especiais dentro da sociedade como um todo.

Em virtude dos fatos mencionados, podemos compreender que a Educação é algo que está em constante mudança e deve ser refletida sempre, por isso é importante que o estágio e a prática se “desenvolvam para uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a

intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade” (PIMENTA; LIMA, 2006) e não seja apenas uma mera observação e cópia de modelos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. Formação do professor para a educação especial: história, legislação e competências. *Revista do Centro de Educação*. n. 24, p. 1-7, 2004.

APAE. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**. Disponível em: <http://apaelavras.org.br> . Acesso em: 28 de maio de 2021.

AQUINO, J. G. **A relação professor-aluno: do pedagógico ao institucional**. São Paulo: Summus, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 12 de abril de 2021.

BRASIL. [PNE]. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Congresso Nacional, [2000]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> . Acesso em: 17 de abril de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Nova York, [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm . Acesso em: 23 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 04 de abril de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação: Câmara da Educação Básica, [2009]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf . Acesso em: 22 de abril de 2021.

CASTRO, F. M. **O papel da Apae frente à inclusão de estudantes com deficiência na rede pública de ensino em Carinhanha – BA**. UNB. Brasília, 2015.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, M. A. Os recursos didáticos na educação especial. *Revista Benjamin Constant*, n. 5, p.15-20, 1996.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. 1994. Salamanca. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

ESTATUTO da APAE de Lavras/MG. Disponível em: <http://apaelavras.org.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

FACCI, M. G. D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana**. 2003. 218f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **APAE Educadora - a escola que buscamos: proposta orientadora das ações educacionais**. Brasília: FENAPAES, 2001.

FERREIRA, J. R. **A nova LDB e as necessidades educativas especiais**. *Cadernos CEDES* [online]. v. 19, n. 46, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 1996.

GADOTTI, M. R. **Pedagogia da práxis**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2004.

GROLLMUS, N. S.; TARRÈS, J. P. Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación. *Fórum Qualitative Social Research*, v. 16, n. 2, mayo 2015

GUEDES, S. T. R. **A relação teoria e prática no estágio supervisionado**. Paraná, 2009.

JERÔNIMO, J. P.; CAMARGO, A. M. F.; GONTIJO, A. M. R. T. **Formação de professores “Especiais” para uma docência “normal”**. Londrina, 2007.

KASSAR, M. C. M. A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 34, n. 93, p. 207-224, maio-ago. 2014.

KIECKHOEFEL, J. C. **As relações afetivas entre professor e aluno**. EDUCERE. Curitiba, 2011.

MAZZOTTA, M. J. S.; SOUSA, S. M. Z. L. Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira. *Estilos da Clínica*, v. 5, n. 9, p. 96-108, 2000.

MELETTI, S. M. F. **Apae educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais**. ANPED, 2008.

MIRANDA, A. A. B. **História, Deficiência E Educação Especial**. Unimep. 2003.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência: diferentes concepções**. 2006.

RODRIGUES, P. M. L.; LIMA, W. S. R.; VIANA, M. A. P. **A importância da formação continuada de professores da educação básica:** a arte de ensinar e o fazer cotidiano. *Saberes Docentes em Ação*. Maceió, v. 03, n. 01, 2017.

SAVIANI, D. **Formação de professores:** aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Campinas, 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico crítica:** primeiras aproximações. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

TEIXEIRA, M. T.; REIS, M. F. A Organização do Espaço em Sala de Aula e as Suas Implicações na Aprendizagem Cooperativa. *Revista Meta: Avaliação*, v. 4, n. 11, p. 162-187, 2012.